

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA

HOSPITAL ITAQUERA

CNPJ/MF: 60.742.616/0001-60

ATIVO	Balço Patrimonial - Em reais		Demonstração do Resultado do Exercício - Em reais		Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Em reais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Circulante	94.492.422	92.240.095	151.071.565	165.205.248	350.222.807	309.465.244
Caixa e equivalentes (nota nº 4)	10.687.554	14.082.070	12.808.237	12.305.314	295.042.796	295.042.796
Contas a receber (nota nº 5)	71.527.706	69.374.554	78.579.774	72.429.653		
Adiantamentos (nota nº 7)	1.782.782	1.521.926	23.804.384	20.742.757		
Estoques (nota nº 6)	5.874.708	6.665.266	8.480.700	8.000.183		
Mútuos a receber	4.525.725	518.300	14.320.477	41.657.705		
Despesas antecipadas	93.947	77.979	16.526.075	15.923.021		
Não Circulante	169.093.651	149.199.157	4.766.992	6.272.510		
Realizável a longo prazo (nota nº 8)	28.220.079	24.969.377	60.349.536	50.864.302		
Permanente	140.873.572	124.229.780				
Imobilizado (nota nº 9)	140.872.604	124.228.352				
Intangível (nota nº 10)	968	1.428				
Total do Ativo	263.586.073	241.439.252				

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 - Em reais			
Descrição	2014	2013	
1. A Entidade: A Reconhecimento de utilidade pública: A Casa de Saúde Santa Marcelina (CSSM), é uma Associação Civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública e como entidade filantrópica pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Com pedido de renovação do CEBAS - Saúde através do processo nº 7101.004292/2009-25 para o período de 2010 a 2012 sob análise do Ministério da Saúde, tendo requerido a renovação para o período de 2013 a 2015 conforme protocolo SIPAR 25000-108693/2012-51, a qual aguarda também análise e deferimento. A Entidade é ainda portadora do Certificado de Inscrição nº 4289 junto ao CONSEAS Conselho Estadual de Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo. B. Áreas de atuação e objeto social: A Associação tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nos seguintes segmentos carências em nosso país: • Prestar assistência integral à saúde da população através de serviços hospitalares, ambulatoriais e de centros de saúde; • Desenvolver atividades de educação e assistência social. C. Administração: Conforme os estatutos sociais, a Associação é governada pela Assembleia Geral das Associações, Irmas de Santa Marcelina, e é dirigida e administrada no dia-a-dia por uma Diretoria eleita pela Assembleia para um mandato de seis anos, sem direito a qualquer espécie de remuneração ou indenização. D. Manutenção financeira da Associação: Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da CSSM são provenientes principalmente de: • Auxílios e subvenções dos poderes públicos; • De doativos de pessoas físicas e jurídicas; • De diárias hospitalares, serviços ambulatoriais e SADT; • De contribuições de alunos; • De receitas assistenciais; • De contratos de prestação de serviços; • De receitas financeiras. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucro, e foram autorizadas para emissão em 23/02/2015. As demonstrações contábeis apresentadas não contemplam as operações de suas filiais, mas somente as informações da Matriz, cujas operações são relativas ao Hospital Santa Marcelina, podendo incluir outras operações de programas e projetos na área de saúde. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. As demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2013, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. 3. Principais Práticas Contábeis: O resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; b. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; c. Ativo imobilizado: Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atrelado, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo; d. Ativo intangível: Foram registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e amortizados linearmente de acordo com o prazo de contrato de despesas; e. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída para valores a receber em atrasos considerados de difícil recuperação; g. Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25; i. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina, por ser uma entidade filantrópica, é imune ao pagamento de quaisquer impostos, taxas e contribuições, incluindo a do INSS (cota patronal) sobre os salários pagos aos seus empregados; j. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações são registradas pela sua realização financeira; k. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não correntes, são reconhecidas como receita diferida na demonstração da posição financeira e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos. As demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional para compensar os custos que pretendam compensar. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato à Entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas. l. Uso de estimativas: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, férias, créditos de liquidação duvidosa, produção de serviços médicos e outros similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos na data do balanço estavam compostos como segue:			

Descrição	2014	2013
Recursos financeiros	3.382.771	5.964.676
Recursos livres	3.521.746	6.124.116

Bancos	Tipos	Garantias	Curto Prazo	Longo Prazo	2014 - Total	2013 - Total
Banco Itaú	Capital de giro	NP + Aval	-	-	1.526.992	-
Banco Santander	Conta Garantida	Aval	137.351	-	384.572	-
Banco Santander	Capital de giro	Aval	1.998.461	-	5.877.121	-
Banco Santander	Capital de giro	Aval	-	28.230.241	20.171.397	-
Banco Santander 3860	Capital de giro	Aval	7.016.332	-	9.030.789	-
Banco Santander 3920	Capital de giro	Aval	3.031.048	-	3.009.851	-
Banco Santander 3820	Capital de giro	Aval	-	145.119	403.791	-
Mútuos	Diversos	Contrato	2.137.285	-	2.141.627	-
Provisão de juros	-	-	4.951.033	7.583.669	12.534.702	101.330
Juros a transcorrer	-	-	(4.951.033)	(7.583.669)	(12.534.702)	(101.330)
Total			14.320.477	28.375.362	42.695.839	42.506.140

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente

Luís Roberto Teles - Contador - CRC1SP182.786/0-8

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compreendendo o

Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos atos efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão

tada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos rele-

vantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Itaquera em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, esta adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de abril de 2015.

Cokinis & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/0-0

Edson José da Silva - Contador - CRC-1SP 251.112/0-9 - CNAI nº 2211

em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 23 de janeiro de 2015. Irmã Elizabeth Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Márcia Rosatto.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

16.2 - Outras receitas

16.3 - Deduções da receita

16.1. SUS, Convênios e Particulares

16.2. Outras receitas

16.3. Deduções da receita

17. Verbas e Subvenções Recebidas: No decorrer do exercício de 2014 foram apropriados nas suas respectivas competências os seguintes recursos: **17.1 - Verbas Estaduais - Governo do Estado de São Paulo**

18. Verbas para Investimentos: As verbas para investimentos foram diretamente classificadas no passivo, vide nota explicativa nº 15, de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07),

em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 23 de janeiro de 2015. Irmã Elizabeth Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Márcia Rosatto.

19. Doações Recebidas: As seguintes doações foram recebidas:

20. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas: Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriadas ao resultado estão demonstrados como segue:

21. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. **22. Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avulsos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. É constituída provisão para créditos considerados incorríveis. **23. Compensações:** A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro e controle das gratuidades concedidas, do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de natureza de instituição. O valor registrado em 31/12/2014 de R\$ 39.993.744 que está alocaado neste grupo não compõe o Ativo e Passivo da Data **24. Seguros (Não Auditado):** A Instituição, orientada por especialistas, mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos seus bens patrimoniais. **25. Patrimônio Líquido:** Representa o patrimônio líquido da Casa de Saúde Santa Marcelina, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Débitos e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doações e ajustes de avaliação patrimonial. **26. Concessão de Gratuidades:** Foram concedidas com observância do limite mínimo fixado pelo Artigo 4º, Inciso II da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, conforme demonstrativo comparativo, indicado abaixo: Demonstrativo de Gratuidades e Beneficências

Item

Quantidade de internações SUS

Convenção de internações

Total das internações do ano

Participação no atendimento SUS e não pagantes

27. Trabalho Voluntário: Em atendimento à Resolução CFC de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi controlizado em 2014 nas rubricas de serviços voluntários de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. E as atividades dos voluntários não ligados à governança são desenvolvidas por uma equipe de coordenação, denominada "Toque Voluntário".

Descrição

Governança Cooperativa

Total

Item

Quantidade de internações SUS

Convenção de internações

Total das internações do ano

Participação no atendimento SUS e não pagantes

27. Trabalho Voluntário: Em atendimento à Resolução CFC de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucro, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi controlizado em 2014 nas rubricas de serviços voluntários de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. E as atividades dos voluntários não ligados à governança são desenvolvidas por uma equipe de coordenação, denominada "Toque Voluntário".

Descrição

Governança Cooperativa

Total